

# Mídia e política no Brasil



ALBINO RUBIM PROPÕE-NOS em *Mídia e política no Brasil* uma reflexão que transcende em muito a matéria anunciada no título. Os textos contidos no livro não se limitam a analisar o processo de mediação ocorrido em nossa vida política durante os últimos anos. Os estudos de caso que formam sua primeira parte estruturam-se a partir de uma concepção teórica inovadora, que se explicita nos três últimos ensaios do volume.

Acredito que presto homenagem a este excelente livro deixando de comentar a riqueza de *insights*, redação segura e clareza de raciocínio presente nos primeiros ensaios para me deter em sua não menos sólida e informada teorização.

O livro colige textos que, embora não se possa ter certeza, pois falta a devida informação, foram publicados anteriormente. Entre seus méritos está a de abrir polêmica com o entendimento de que a comunicação é uma variável dependente do campo social e político.

Rubim defende a hipótese de que a mutação estrutural da esfera pública que teve lugar nesse final de século transformou a mídia em um campo possuidor de sua própria lógica. Para ele, as comunicações engendram cenários públicos, formam climas de opinião e produzem imagens sociais que estão alterando os parâmetros de sociabilidade. A prova disso pode ser vista, segundo seus ensaios, na maneira como a política tem sido vivida em nosso país desde 1989.

Concordo com o autor que “na atualidade, as análises concretas de conjuntura devem incorporar, como indispensável, esta dimensão imaginária, buscando compreendê-la nas suas relações, nem sempre muito transparentes e simples, com as configurações políticas e sócio-econômicas da sociedade” (p. 131). A pergunta que faço, porém, é se seus textos não caem em exagero, na reificação da mídia e numa reflexão excessivamente abstrata sobre o papel das

Francisco Rudiger

Prof. do Programa de Pós-graduação da FAMECOS/PUCRS

imagens (visuais) na condução dos processos políticos e da estruturação da sociabilidade contemporânea.

Segundo Rubim, a política perdeu o controle e o poder de se realizar como atividade pública para a comunicação midiática. As comunicações passaram a constituir um campo de relações sociais, que vale como dimensão autônoma da sociabilidade contemporânea. A peculiaridade desse campo consiste em mediar nossa relação com a realidade através do agenciamento de uma série de imagens que, no limite, passam a se confundir com a própria realidade.

Partindo dessa perspectiva, o primeiro ponto a discutir seria a reificação da matéria que – me parece – o autor comete. Rubim faz da mídia o retrato de um universo sem sujeito, descartando a hipótese de seu sujeito ser o capital. No livro todo, a mídia é vista como um campo autônomo e sem controle. Apenas assim se entende, aliás, sua prédica no sentido de que “a sociedade deve necessariamente buscar modos de colocar a mídia sob seu controle” e, assim, submetê-la “à atividade política, pensada enquanto modalidade de gestão democrática da sociedade” (pp. 153-154).

A proposição é paradoxal porque, segundo o autor, a referida atividade, em sua dimensão pública e, portanto, democrática, virtualmente já não tem mais o controle sobre seu próprio destino, perdido para o campo da mídia. O principal, contudo, é o raciocínio subjacente e de acordo com o qual o trabalho de mediação imagético que aí tem lugar é descontrolado e indeterminado. As relações sociais que ele institui assim o são por uma complexa e misteriosa gramática, que articula “nas linguagens imagética, sonora e verbal” os materiais que lhe fornecem as várias esferas da vida (p. 129).

À primeira vista sugestivo, o entendimento, no detalhe, não se revela produtivo. Avança-se pouco com esse tipo de hermetismo. Sempre estará sujeito à avaliação empírica, embora não só, estabelecer as

gramáticas em ação no campo da mídia numa dada conjuntura histórica. Dificilmente se poderá negar porém que, hoje em dia, a gramática hegemônica é a gramática do capital e que, portanto, seu trabalho de mediação é estruturado sobretudo pela forma da mercadoria.

Rubim quer defender a democracia sem discurso crítico da mídia; ou seja, sem análise histórica concreta de suas formas de estruturação, remetendo a mídia ao campo das imagens de maneira assaz abstrata. O problema é que quem deseja falar de mídia tem de falar de capitalismo. Rubim sabe disso, fazendo notar que as linguagens da mídia são resultado de conformações engendradas pela sua subsunção ao capital (p. 130). Contudo não tira da premissa as devidas e, hoje, por certo embaraçosas conclusões, sugerindo que o campo da mídia possui um poder instituinte, que, tendo se tornado autônomo com o avanço tecnológico, exige “um esforço de compreensão intelectual das tecnologias/linguagem imagéticas, das operações psicossociais, éticas e políticas deste complexo mundo de imagens proliferantes” (p. 122).

Dessa forma, passa-se muito por alto pelo fato de que essas operações e linguagens não se reproduzem livremente, sendo antes derivações cada vez mais associadas ao imaginário social capitalista. Atualmente, postular uma mídia sob controle da sociedade exige pensá-las livres do capital. Os imaginários sociais não podem ser tratados de maneira neutra sem prejuízo, porque sem precisar suas formas estruturais de instituição histórica, são referências vazias de conteúdo, conforme várias vezes notado por Cornelius Castoriadis.

Esboçada essa objeção, passível de ser entendida como uma questão de ênfase, passo a comentar agora sua análise do político, contextualizado por ele e seu grupo no que denominam “Idade Mídia”. Rubim tem razão ao dizer que o entendimento da política em termos puramente racionais e discursivos está eivado de erros. O processo político requer e envolve sempre a mo-

bilização das paixões, a radicalidade das emoções, a convocação de mitos, etc. “A produção de imagens sociais aparece simultaneamente como requisito e dispositivo do movimento político” (p. 72) não apenas hoje mas, como o próprio autor se encarrega de observar, desde que existe o político.

A concepção iluminista, racional-discursiva, da política todavia não é mera ideologia. A política assim entendida jamais existiu até agora, mas isso não obriga a aceitar o fato. O racionalismo político, responsável por tantos desastros, é uma criação histórica cuja imagem, de natureza moderna, precisa ser submetida à crítica sem passar por alto sua dimensão normativa. Política é um conceito de valor e, por isso, não se pode discuti-la sem levar em conta suas pretensões de validade como idéia e sua crítica às imagens arcaicas como fonte de heteronomia, como defenderam os mais diversos pensadores, de Aristóteles a Walter Benjamin.

Rubim constata que a politização é um processo viabilizado pela conjugação da racionalidade argumentativa com envolvimento emocional mas, passando por alto as tensões entre essa duas esferas, predis põem-se a aceitá-la de uma forma toda oposta à sua defesa do regime democrático. Acreditar, como ele o faz, que o espetáculo, enquanto forma (mercantil) privilegiada de nosso imaginário, pode ser politicamente progressista significa aceitar na política aquilo que ela tem de arcaica senão de endogenamente heterônomo. Em última instância, significa legitimar a redução da prática política ao campo da mídia, e da procura do bem público à lógica do espetáculo (p. 151).

Democracia não é algo que se sustente com profissão de fé, apologia ou propaganda mas com uma prática crítica e esclarecida sobre seu significado, sob pena de não ser democracia. Associá-la à parada carnavalesca, ao narcisismo juvenil, às trucagens de televisão e demais efeitos sedutores da mídia, embora renda hoje muitos votos dentro e fora da academia, significa endos-

sar o conceito de política da mídia; arrisca converter a reflexão teórica em ventriloquia do discurso publicitário e do marketing político-eleitoral.

Segundo Rubim, o espetáculo é uma categoria que pode se recuperada produtivamente; há sustância política democrática nessa forma. As caravanas eleitorais petistas e os retratos do presidente com gente do povo não precisam ser apenas pseudo-eventos, como diz Boorstin. O espírito democrático não se esvai sempre que o sentido e a razão dão lugar ao efeito, ao artifício e ao maravilhoso. Destarte, as manifestações dos caras-pintada o entusiasma porque nelas se procurou falar por imagens ao invés de palavras. As pessoas teriam sido tiradas da apatia e levadas a exercer sua cidadania. Em resumo, o movimento político sucumbiu à estética sem prejuízo de seus objetivos e racionalidade (p. 54).

A constatação de que as circunstâncias subseqüentes em pouco ou nada mudaram a estrutura de poder e a prática da cidadania em nosso país por certo não bastam para refutar a hipótese do autor mas revelam o quanto ela é problemática. “Às ponderações críticas de que o espetáculo supõe sempre e necessariamente a figura do espectador, que passivamente vê e por vezes tem a ilusão de participar, pode-se contrapor a possibilidade de uma participação efetiva que se realize no espetáculo” (p. 151). Participação não é porém um conceito que se esgote em si mesmo, podendo ter vários sentidos, seja no plano do vivido, seja no plano da história. Politicamente, o espetáculo proporcionado pelos caras-pintadas (manifestações pró-*impeachment*) só se deixa entender pelo conceito de engajamento cívico de modo caricato; justificá-lo pela sua contemporaneidade significa apenas aceitação acrítica do estado de coisas existente, como moldado pela prática da indústria cultural.

Rubim não é um homem de mídia: deseja pensá-la sem fazer propaganda, mas seu ponto de partida teórico às vezes está mais próximo das imagens que emanam

dela do que com o pensamento da democracia com se identifica. Desenvolve suas idéias com base na hipótese de que a extensão radical da democracia por ele desejada passa por uma democratização da mídia. Teoricamente, democratizar a mídia significa dar a todos os direito de se dar e de se pensar como espetáculo ? Creio que o autor não pensa isso. Qualquer que seja alternativa, exige-se perguntar, porém, se a perspectiva proposta ainda se coloca aos contemporâneos ? Baseando-se nas próprias idéias do autor, precisaríamos nos perguntar se o espetáculo não está tomando o lugar da república como forma dominante de estruturação do imaginário ocidental. No registro do problema, não são arbitrários textos como *A Transfiguração do Político*, de Michel Maffesoli.

Felizmente, Rubim não segue esse tipo: é séria e autêntica sua preocupação com o futuro da democracia na sociedade contemporânea. *Mídia e política* percebeu bastante bem a crise da concepção política moderna, fundada nas idéias de transparência, engajamento e racionalidade, nas formas que conhecemos pelos nomes de cidadania e república. Fugindo da tese (pós-moderna) do fim da política, seu autor acredita estar vendo sua refiguração em bases midiáticas.

As exigências que nosso tempo coloca ao pensamento todavia não são passíveis de solução se fechando os olhos. A democracia é uma criação histórica coletiva, cuja sobrevivência depende da manutenção de certas práticas, capazes de formarem pessoas de espírito crítico, livres e conscientes. Segundo tudo indica, não é nessa direção em que se move a mídia, visto seu crescente comprometimento com a expansão ilimitada do imaginário social capitalista.

Significa pois que está certo o veredito pós-modernista sobre o fim da vida política (a distinguir de fim do político) ? Prudentemente, deveríamos nos prevenir de dar uma resposta a essa pergunta, cuja latência não é, para o leitor exigente, um dos menores focos de interesse do livro de Ru-

bim: resumidamente, um estimulante conjunto de trabalhos, em que a reflexão teórica sofisticada e o exame das principais cenas vividas por nossa história política mais recente estabelecem um importante marco para se discutir o imaginário da política no campo da comunicação ■